

GAZETA  
**IMPERIAL**

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial Março de 2017

Ano XXII Número 254 [www.brasilimperial.org.br](http://www.brasilimperial.org.br)



**Imperatriz Leopoldina**

# Confissões de um republicano

**Luís Severiano Soares Rodrigues**

Economista, pós-graduado em história, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói, Conselheiro Consultivo do Instituto Cultural Dona Isabel I – A Redentora e membro do Instituto de Pesquisa Histórica e Arqueológica do Rio de Janeiro (IPHARJ).

A leitura de memórias de escritores e políticos vem a ser uma fonte subsidiária para os historiadores, mas muitas vezes elas trazem algumas surpresas, como nas do Sr. Rodrigo Octavio de Langgaard Meneses, que foi um grande jurista, exerceu diversos e importantes cargos na república, tendo sido ministro de Estado; representante do Brasil em conferências jurídicas internacionais, inclusive foi signatário do Tratado de Versailles; foi vice-presidente da 1ª Assembleia da Liga das Nações; Consultor Geral da República; juiz; ministro do Supremo Tribunal Federal; membro fundador da Academia Brasileira de Letras; membros do IHGB, entre outras posições de relevo que desempenhou, com esse currículo resumido podem ver que esse indivíduo foi uma grande autoridade na república.

Na sua obra *Minhas Memórias dos Outros (Civilização Brasileira/MEC, 1978 - Três volumes)*, onde se reafirma republicano, encontramos passagens que de alguma forma podemos dizer que a melhor classificação para ele seria de republicano arrependido. O advento da república o surpreende como juiz no município de Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro, república essa que ele adere prontamente e em seus segundos momentos assume a



posição de jacobino florianista.

Mas nas Memórias, já homem experimentado e tendo visto muita coisa na vida, as palavras vão fluindo e em muitos momentos ele

trai as suas próprias convicções republicanas.

Falando do Imperador, num capítulo intitulado – Dom Pedro Segundo:

"Foi sempre com sobressalto e exaltação patriótica que na minha mocidade, eu via o Imperador"(...) "O cortejo passava; toda a gente, instintivamente, parava, olhava, tirava o chapéu, e, como eu, sem dúvida, se inundava, com maior ou menor intensidade, de um eflúvio estranho, sobrenatural. O Imperador! Alguma coisa de diferente, de sobre-humano, de inacessível. Geralmente, na passagem do cortejo imperial, pouco se via do Imperador; dele, sentado no fundo do carro sombrio, na disparada em que passava, apenas se vislumbrava o branco das grandes barbas".

(...) "Fui depois para S. Paulo. Leituras, companhias, entusiasmos viraram-me o espírito. Fiquei republicano; manso, a princípio; vermelho, mais tarde; tolerante, por fim". (...) "Logo depois de formado, tive ocasião de ver o velho Imperador e mesmo de estar junto dele, ouvindo-lhe a voz, que, aliás, era uma vozinha fraca, pouco nítida, em desproporção com seu porte respeitável".

(...) A última vez que vi o Imperador foi no famoso baile da Ilha Fiscal. Realizou-se a 9 de novembro de 1889 e foi dado em homenagem à oficialidade de um navio de guerra chileno, o "Almirante Cochrane", que nos viera visitar. Em seguida fala do golpe de Estado de 15/11 e da partida para o exílio da família imperial, finalizando "Dom Pedro deixou o Brasil; pouco depois, a saudade e a mágoa o fizeram deixar este mundo".

Curiosamente ao visitar Lisboa já no século XX, vai ao Panteão de São Vicente de Fora. "Em 1902, indo à Europa, pela primeira vez, passando por Lisboa, fui ao velho mosteiro de S. Vicente de Fora, em cuja cripta repousa os

despojos dos reis de Portugal. Aí jazia ainda o corpo do Imperador, hoje restaurado em terra brasileira. Visitei-o, e pude ver-lhe o rosto, através do retângulo de cristal que seccionava a arca. Tinha o queixo fincado sobre o peito e a grande barba subia um pouco sobre a boca. Fui dos últimos que lhe puderam contemplar as feições. Parece que os serviços de preservação do corpo não foram perfeitos. A morte prosseguia lentamente em sua obra de destruição e, pouco tempo depois, foi interdita a contemplação daquela figura serena, última visão que se podia ter do que viveu uma vida, longa e magnânima". É interessante notar, que um jacobino declarado, com apenas 13 anos de república já se rendia à magnanimidade do Imperador literalmente, a ponto de visitar seus restos mortais. Mais adiante falando da morte do Imperador nos diz: "Em 5 de dezembro de 1891, o Imperador falece em Paris, em um modesto hotel do bairro Saint Lazare. O Governo francês prestou-lhe grandes homenagens, não por certo, ao velho Imperador, que já não tinha trono, mas a um cidadão, membro do Instituto de França, que exercera, pelo menos com dignidade, por meio século, o poder majestático em um país amigo". Aqui eu me permito discordar de Rodrigo Octávio, pois a república francesa homenageava sim o Imperador, o mesmo Imperador, que ao visitar a França derrotada em 1871, lhe deu provas de apreço e amizade, que não aceitava homenagens das tropas prussianas de ocupação, e que foi um amigo da França e dos franceses por toda a sua vida. Como em 15/11/1889, nasceu uma instituição medíocre governada por pessoas medíocres, a essas homenagens francesas ele nos informa: "Houve no Rio de Janeiro violentos protestos contra essa atitude da França, que, como informou o então Ministro Francês

acreditado entre nós, traduzia, em última análise, a simpatia da França pelo Brasil", e completa: "Eu participei desses protestos", para nosso orgulho ele nos fala o motivo desses protestos, citado a convocação feita por Oscar da Cunha Correia (irmão do Rivadávia Correia), para o protesto no Largo de São Francisco, no centro do Rio de Janeiro:

Convocação - "O Centro Republicano Sul-rio-grandense, considerando que os republicanos brasileiros não devem ficar silenciosos ante as manifestações escandalosas que os poucos partidários da extinta monarquia estão promovendo sob o pretexto de comemorar a morte do ex-Imperador, e considerando também que não podem eles ficar indiferentes à atitude que o Governo francês julgou dever assumir nesta conjuntura, (...)"

Ante a essa convocação devemos primeiro exaltar os "poucos partidários da extinta monarquia" pelo muito incômodo que eles fizeram aos "muitos" republicanos, e devemos protestar contra a alegação de "comemorar a morte do ex-Imperador", antes esses bravos monarquistas estavam exaltando a memória do maior brasileiro de todos os tempos, que como vemos hoje, esses muitos republicanos de então são pó esquecido, e o nosso Imperador continua vivo, pela sua integridade e dedicação ao Brasil, que em 127 anos de republiqueta nenhum outro homem conseguiu igualar.

Mas Rodrigo Octávio, assim completa: "Todo esse ardor, entretanto, arrefeceu com os anos, com a reflexão e, sobretudo, com os acontecimentos. Os restos do Imperador voltaram para o Brasil, satisfazendo um anseio geral. Eu não protestei; ninguém protestou. Depois de seu longo reinado, não poderia ele dormir seu derradeiro sono, do que na terra em que nasceu que tanto amou e a que tão

desinteressadamente serviu".

Finalizando esse capítulo, nos diz: "E nada mais tenho a contar a propósito do velho Imperador, cuja memória, pelo que de sua vida tenho aprendido e pelo que os anos me têm ensinado, é hoje uma personalidade muito da minha veneração".

As passagens anteriormente apontadas seriam o bastante para confirma essa constatação do republicano arrependido, mas em outros pontos dos volumes de suas Memórias encontramos passagens bastantes significativas para essa comprovação, no capítulo relativo a Joaquim Nabuco temos um interessantíssimo, contando sobre a coroação de Eduardo VII em 1901, quando Nabuco era Ministro do Brasil na Corte de Saint James: "Nabuco obtivera um convite para que eu pudesse assistir na Abadia de Westminster a essa solenidade rara. Ele mesmo, porém, me aconselhou que não fosse à Abadia; seria mais interessante tomar lugar numa das arquibancadas armadas em diversos pontos do percurso do cortejo real" (...) "Aceitei o conselho e adquiri lugares, para mim e minha gente. em um stand no Pall-Mall. Magnífico ponto de onde nos foi dado assistir a um dos mais solenes e extraordinários espetáculos que podem ainda ser observados no mundo". Um comentário mais adiante chega a ser uma heresia para um republicano brasileiro, falando que só as pessoas que estavam ali iam "ter o privilégio de esperar a passagem do cortejo e saudar o seu rei, nesse dia glorioso". O final dessa experiência é revelador, quando ele nos diz que: "Uma multidão formidável se acotovelava entre a cerca de soldados e as paredes das casas, e, apesar do incômodo da posição fatigante e da espera de algumas horas, o povo, sem que o menor incidente se produzisse,

com uma paciência exemplar e uma calma admirável, que o sentimento do lealismo inspirava e mantinha, esperou pelo momento em que por sua frente passasse o seu rei, e pudesse, à vista dele, entoar baixinho o God save the King. E eu pude, então, comovido até as lágrimas, num arrepio de todo o meu sistema nervoso, compreender até onde pode chegar o sentimento popular de dedicação, de respeito, de amor às instituições tradicionais da Inglaterra, que o rei simboliza". Certamente nessas lágrimas de Rodrigo Octávio, trazia a lembrança de que tudo isso havia se perdido no Brasil após o golpe maldito que implantou a republiqueta em que nós vivemos.

Para finalizar essas confissões, do último volume das Memórias, pag. 96, retiramos um momento de sinceridade,

quando na Itália, acompanhando Eitácio Pessoa, então presidente eleito em viagem pela Europa, ele teve vários contatos com o Rei Vitor Emanuel III e em um deles: "No salão do café, Vitor Emanuel se havia aproximado de mim. E interessante foi o tema que ele trouxe para a conversação. Perguntou-me como no Brasil se tornava efetiva a responsabilidade dos ministros de Estado e altos funcionários, quando incorriam nela. E pediu-me que indicasse algum exemplo recente de tal processo... E bem se pode imaginar meu embaraço e as sutilezas de linguagem e as incidências salvadoras, que me foi preciso empregar, para não fazer sentir ao Rei que o Brasil era, positivamente, o país da impunidade..." Frente a essa declaração não precisamos dizer mais nada.

# A Mentira Republicana

**Luís Severiano Soares Rodrigues**

Economista, pós-graduado em história, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói, Conselheiro Consultivo do Instituto Cultural Dona Isabel I – A Redentora e membro do Instituto de Pesquisa Histórica e Arqueológica do Rio de Janeiro (IPHARJ).

Terminado o carnaval, o ano finalmente começa os parlamentares sem mais desculpas tem de voltar as suas estafantes jornadas de trabalho de três dias. A república ingressa no terceiro ano da operação Lava-Jato, diga-se de passagem, ingressa desmoralizada, o quê é uma redundância, pois desmoralizada sempre esteve, pois se o quê a Operação Lava-Jato vai nos mostrar, é que o poder no Brasil, se sustenta em um grande esquema de desvio de verbas das grandes empreiteiras para os partidos políticos, que com isso se mantém no poder através de campanhas eleitorais caríssimas, e de quebra sobra também os esquemas de enriquecimento ilícito, bem republicano, vide a vida nababesca do Sr. Sérgio Cabral filho e senhora, entre outros.

Mas a lição maior que fica disso, é que a dissimulação vem a ser uma constante, pois os dirigentes partidários se apegam com unhas e dentes ao fato das contas dos partidos terem sido aprovadas pelos respectivos TREs, e que as doações terem sido dentro da lei. Assim eles mascaram a maior lavanderia de dinheiro sujo do país que são as eleições em todos os níveis no Brasil. Como eu

lembrei em abril/2015, (Verdades Antigas e Mentiras Recentes) nesse jornal, uma verdade antiga é que nenhuma empreiteira dá alguma coisa, ela empresta para depois cobrar, e a cobrança são essas grandes obras, superfaturadas. Dito de outra forma é o dinheiro suado de todos os contribuintes brasileiros, que é apropriado pelos "digníssimos" representantes da nação e também pelas empreiteiras que de bobas elas não têm nada. Se com os dados atuais o país ficou chocado, se pensarmos nas muitas verbas que no passado foram canalizadas as Sudenes e Sudams da vida, e não surtiram efeitos proporcionais, temos o tamanho da tragédia republicana brasileira. Se tivesse sido de outra forma, o nordeste brasileiro seria hoje um grande eldorado, e o semiárido brasileiro rivalizaria com os desertos israelenses, onde os judeus fizeram milagres, com irrigação, num lugar com infinitamente menos água que no nordeste brasileiro.

O descaramento republicano brasileiro é uma coisa impressionante, pois se hoje temos sobre a mesa detalhados esquemas de desvios de verbas, até o momento em nenhuma esfera de decisão foi colocado o fato de que os processos de medições de obras, que é como as empreiteiras faturam as obras, deve ser sistematizado e normatizado, para se poder monitorar e

auditar esses faturamentos, até para efeitos comparativos entre obras similares. A resposta é simples, deixa-se tudo como está para depois que se passar todo esse desespero se voltar aos velhos desvios de sempre.

Se muito dinheiro público tem como destino certo, além das empreiteiras, a burra dos partidos políticos e de seus dirigentes, fica claro que todo discurso eleitoral é na verdade eleitoral, pois se fizermos um pequeno retrospecto das campanhas eleitorais, veremos que o que mais se fala nelas é que serão destinados mais recursos para a saúde, para a educação, para a assistência social, etc. Ou seja, uma grande mentira, haja vista os resultados apresentados nesses setores, que são medíocres, para infelicidade do nosso sofrido povo. Outra mistificação constante é quando falam da concentração de renda no Brasil, o quê é uma verdade, o quê não falam é que o Estado como mediador, transfere renda ao aplicar justamente nas áreas sensíveis para a população, como saúde, educação, assistência social, que como realidade demonstra estão aquém do que é minimamente necessário. Demonstro assim que o discurso republicano sobre distribuição de renda é pura enganação. Os programas de renda mínima são paliativos, que efetivamente não distribui renda no sentido de elevar os indivíduos de faixa de renda, e inclusive a experiência brasileira tem demonstrado que nem a violência diminui com esses programas de renda mínima, como seria esperado, fenômeno esse que eu batizei de Paradoxo Lula/Dilma. O que faz o indivíduo ascender é a preparação para se obter empregos com salários mais altos, e isso se dá, somente com formação escolar de qualidade, portanto, enquanto tivermos os esquemas vigentes, a distribuição de renda só se dará da

forma atual, desviando renda dos cidadãos para os políticos, que enriquecem com no mínimo, um mandato, começando pelos N privilégios e benefícios que eles têm e depois descambam para os desvios que nos são mostrados todos os dias no horário nobre, e nesse país da impunidade..... Ou seja, a res pública é uma ficção, ou melhor, uma grande mentira, dito de outra forma, a república é uma mentira. E a mentira republicana vai além, é essa ilusão de democracia nominal, onde as ovelhas elegem os lobos, que com mandato de tempo certo, tem no mínimo, quatro anos para sacanear os eleitores, e na próxima campanha eleitoral prometer mais investimentos em educação, saúde, segurança, etc. Só os tolos acreditam que esse país é sério. Então lamento ter de lembrar, uma verdade axiomática, mas a república não tem salvação. O ano começa com grandes desafios de se colocar a máquina nos trilhos, esperemos para ver se as atuais instituições serão capazes dessa missão.

# Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira

**Luís Severiano Soares Rodrigues**

Economista, pós-graduado em história, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói, Conselheiro Consultivo do Instituto Cultural Dona Isabel I – A Redentora e membro do Instituto de Pesquisa Histórica e Arqueológica do Rio de Janeiro (IPHARJ).

Em janeiro registramos o transcurso do centenário da morte do conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, um dos grandes monarquistas brasileiros, que por sua capacidade e integridade moral granjeou a admiração e respeito de várias gerações daqueles que amam o Brasil.

Nascido em 28/03/1834, em Queluz de Minas, em uma família liberal, era filho do capitão Antônio Rodrigues Pereira, futuro barão de Pouso Alegre e sobrinho de Alcides Rodrigues, futuro Barão de Lamim. Muito jovem, aos 13 anos, foi estudar em Congonhas, aos 18 se matriculava na faculdade de direito de São Paulo, aluno de direito, também se dedicou ao jornalismo político. No seu curso jurídico desponta como um dos mais brilhantes alunos daquela célebre academia, formando-se em 1857. Exerce por algum tempo a função de promotor público na capital mineira, Ouro Preto, transferindo-se posteriormente para a capital do Império, onde passa a trabalhar no escritório do famoso advogado Teixeira de Freitas, onde consegue adquirir significativa experiência, deixando a sociedade em 1864 para assumir o cargo de presidente do Ceará e posteriormente a do Maranhão. Num dos arroubos da juventude Lafayette foi um dos signatários do Manifesto Republicano, o quê não impediu em pouco tempo um revisionismo com o





amadurecimento, e ele será um dos maiores monarquistas brasileiros.

Lafayette alcança a reputação de grande jurista após publicar duas obras que alçam seu nome no meio jurídico, são elas: Direito da Família de 1869 e Direito das Causas de 1877, onde seu estilo sintético e claro estabelece um paradigma nas letras jurídicas nacionais, e o sucesso destes o fazem merecer o título de Conselheiro, membro do Conselho Pessoal do Imperador. Para relembrarmos a importância desse título não podemos esquecer que na república o presidente Rodrigues Alves preferia ser chamado de Conselheiro e Ruy Barbosa, traidor do Império, nunca abriu mão do seu título, e por esses nomes temos a certeza que somente aqueles de grande capacidade os recebia, e tinham a obrigação de assessorar o Soberano quando solicitados.

Em 1878, no Ministério Sinimbu, assume o Ministério da Justiça, no ano seguinte é escolhido em lista tríplice, oferecida pelos mineiros, Senador do Império por D. Pedro II. Desde o primeiro evento citado, Lafayette se afasta do foro, ao qual só retornará quando do advento da república.

Em 24/05/1883 é alçado à condição de Presidente do Conselho de Ministros, acumulando também a pasta da Fazenda. No programa de governo apresentado à Câmara dos Deputados, aborda diversos pontos importantíssimos, tais como a reorganização da administração das províncias e dos municípios. Preocupou-se também com o aperfeiçoamento do poder judiciário, inclusive no que tange ao aperfeiçoamento e as promoções dos magistrados. Não se esqueceu da questão do aprimoramento da instrução pública em todos os níveis, como forma de aperfeiçoar os seres humanos. A aceleração do processo de emancipação

do elemento servil se daria pela localização dos escravos nas províncias, i. e. a proibição do comércio intraprovincial cogitou-se um tributo especial sobre a propriedade de escravos, com vistas a aumentar um fundo de emancipação. No campo tributário foi o primeiro político no Brasil em falar na criação de um imposto interno de consumo. Encerrando seu discurso faz uma profissão de fé parlamentarista: "Tal é a tarefa que se impõe o Ministério. Para realizá-la ele conta com o apoio sincero da leal e dedicado da maioria dessa Casa, e o concurso da honrada minoria de oposição, pela discussão, pela crítica, pela controvérsia, pela censura, pelo embate e pelo choque das ideias".

Nessa condição de chefe de governo será impiedosamente satirizado pela pena de Ângelo Agostini na Revista Ilustrada, era a democrática e invejada liberdade de imprensa vigente no Império do Brasil. Nesse ministério o conselheiro Afonso Penna, futuro presidente da república, foi ministro da agricultura.

A república surpreende o Conselheiro Lafayette, exercendo a função de representante do Império do Brasil, juntamente com Salvador de Mendonça, na Primeira Conferência Pan-Americana, convocada pelo secretário de Estado Blaine. Sabendo do ocorrido, renuncia ruidosamente ao seu cargo e retorna para o Brasil, temendo pelo sombrio futuro, que se descortinava para a sua terra.

Saindo da política partidária que fora reduzido a um nível baixíssimo, e que continua no mesmo baixo nível até os presentes dias, ele juntamente com o Visconde de Ouro Preto e o Conselheiro João Alfredo fundam o Diretório Monárquico do Rio de Janeiro, como forma de dar visibilidade e personificação aos inconformados

monarquistas brasileiros, e manterão constante contato com D. Isabel I, de jure, Imperatriz do Brasil, e posteriormente com a anuência da soberana com o seu sucessor presuntivo, o Príncipe D. Luiz.

Em 1934, o jurista Milton Campos, nas comemorações do centenário do nosso homenageado no Instituto dos Advogados Mineiros, assim se referiu:

"Se, entre os homens públicos de Minas, procurarmos algum que melhor simbolize as virtudes intelectuais de nossa gente e mais possa encher de orgulho a nossa terra, nenhum encontraremos que exceda ao Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira. (...) Lafayette não teve no governo o relevo que lhe deu o Parlamento. Seu temperamento e sua formação intelectual não o indicavam para o comando. Mas, no debate parlamentar, quem o terá excedido? Sobre os homens de seu tempo tinha a vantagem da mais ampla cultura geral, haurida através de estudos infatigáveis. Um autêntico humanista, a quem a especialidade que elegera não limitava a curiosidade nem apertava o horizonte intelectual".

Sobre o jurisconsulto Lafayette, o insigne jurista Pedro Lessa assim se referiu:

"Foi a inteligência mais vigorosa, mais profundamente penetrante e mais refulgente, de quantas entre nós já se têm consagrado ao estudo e à divulgação do Direito Civil. (...) A sua missão foi a de elucidar, metodizar e expor sinteticamente os dogmas do nosso Direito. Aí se revelou com o mais intenso brilho a sua argúcia no interpretar as leis, o seu método no explaná-las sistematicamente, a sua clareza inigualável em ambas essas operações lógicas, a concisão e a elegância do seu estilo exemplar. Com uma erudição profunda e vasta, nunca manifestou preferências

para escritores deste ou daquele país"

.(Discursos Acadêmicos, vol. IV, 1919, apud José Bonifácio de Andrada e Silva, na introdução que este fez à adaptação do Direito das Causas, de Lafayette, ao Código Civil, 6 ed., Freitas Bastos, 1965).

Esse protagonismo no direito civil brasileiro o habilitou ao ingresso na Academia Brasileira de Letras, ocupante da cadeira 23, foi eleito em 1º de maio de 1909, na sucessão de Machado de Assis, e tomou posse por carta, lida e registrada na ata da sessão de 3 de setembro de 1910. Nesse capítulo do direito civil, temos que Clovis Bevilacqua, muito se baseou em Lafayette quando da elaboração do Código Civil, no começo do século XX.

Além do direito civil Lafayette se dedicou também, no fim da vida, com grande êxito, ao direito internacional privado. Sobre esse fato Rodrigo Octávio (Minhas Memórias dos Outros, última série, pag. 73) nos esclarece que: "A última demonstração da capacidade e do saber do grande jurista se traduziu no projeto de Código de Direito Internacional Privado por ele elaborado a pedido do Barão do Rio Branco, para servir de base aos trabalhos da Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos que se ia reunir e de fato se reuniu na cidade do Rio de Janeiro, em 1912. Esse projeto é reconhecido, por todos os que têm estudado tão difícil e controvertida matéria, como obra-prima de ciência e de habilidade jurídica". Ainda nessa matéria temos que já como Ministro da Justiça, através da regulamentação da matéria relativa à execução de sentenças estrangeiras e cumprimento de cartas rogatórias, que constam do decreto de 27/06/1878, e que foi complementado pelo decreto de 17/06/1880, desenvolveu de modo superior, a teoria de exequibilidade das sentenças estrangeiras, pioneiramente

no nosso país.

Finalizando essa homenagem a esse grande monarquista, devemos lembrar que um dos livros mais interessantes para se compreender a Democracia Coroada, que era o Império do Brasil, são Cartas ao Irmão (Cia Edit. Nacional, 1968), que trás a correspondência trocada entre Lafayette e seu irmão Washington. De uma família de grandes monarquistas, com satisfação registramos na atualidade do nosso movimento a presença de um nosso grande amigo, que vem a ser

sobrinho trineto do Conselheiro Lafayette, o prof. Gastão Reis Rodrigues Pereira, que à época do Plebiscito, presidiu o Movimento Parlamentarista Monárquico no Rio de Janeiro, e continua ativo na defesa dos seus ideais. Temos a certeza que podemos nos jactar de que os melhores continuaram monarquistas, com a figura desse Conselheiro, que após a sua transição em 29/01/1917, teve grandes homenagens entre elas, a mudança do nome da sua cidade de nascimento mudado para Conselheiro Lafayette.

# República à Brasileira

**Naime Márcio Martins Moraes**

Advogado e Professor Universitário.  
advnaimemmm@terra.com.br

Hoje no Brasil, vive-se um momento de truculência, de disque-disque, que fulano ou sicrano fez isso e aquilo, que alguns dos nomes mais importantes da República, supostamente enganaram o povo, aquela gente para quem prometeram acima de tudo a honestidade, cujos discursos de outrora, era contra os que antes deles governavam em benefício próprio e das elites, que muito haviam roubado dos cofres públicos.

A questão posta é a corrupção e o modelo de gestão, seja política ou econômica, debatida entre uma meia dúzia de partidos, dentre tantos outros figurantes, mas polarizado entre os três maiores que manipulam os demais.

Entendo que diante dessa confusão, onde o poder judiciário está agindo com eficiência contra os desmandos e conseguindo por na cadeia, pessoas do mais alto nível social e também políticos de alta patente, necessário conhecer o que seja a República Brasileira e como ela nasceu.

Pois bem, no fático dia 15 de novembro de 1889, o então Marechal Deodoro, após expulsar o Imperador e sua família, sem que tivesse tido qualquer manifestação popular para a mudança de regime, proclamou então a República.



De sorte que a República nasceu de um golpe. No dia seguinte à Proclamação da República do Brasil, foi organizado no Rio de Janeiro um Governo Provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca e em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a primeira Constituição republicana da história do país e eleito pelo congresso o primeiro presidente.

O Marechal Deodoro, ficou no poder de novembro de 1889 a até novembro/1891, quando foi obrigado a renunciar pela ameaça do Almirante Custódio de Melo em bombardear o Rio de Janeiro caso Deodoro não renunciasse.

Seu governo foi marcado pelo autoritarismo e corrupção. Deodoro decretou a dissolução do Congresso, prisão dos líderes oposicionistas, censura à imprensa e o país entrou em estado de sítio, isso porque o Congresso tentou aprovar a "Lei de Responsabilidades" com o objetivo de decretar o impeachment de Deodoro da Fonseca e que diminuiria os poderes do presidente.

Com a renúncia de Deodoro a população sofre mais um golpe, agora por Floriano Peixoto que era vice-presidente, que ao invés convocar novas eleições, impõe-se a força no comando do país.

Considerado um presidente ilegítimo, Floriano enfrentou protestos da oposição. De acordo com a Constituição, se um presidente não completasse dois anos de mandato, seriam convocadas novas eleições. Deodoro havia governado apenas nove meses após ter sido eleito pelo congresso.

Floriano teve de enfrentar diversas revoltas, as quais sufocou com violência e rigor, ceifando centenas de vidas inocentes, pelo que ficou conhecido como "Marechal de Ferro".

Vale à pena registrar que o primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, também cometeu equívocos. No seu governo chegou a decretar estado de sítio e mandou para a cadeia vários adversários políticos. Além disso, durante sua gestão, determinou o fechamento de jornais de oposição. Isso apesar de ser considerado um dos grandes estadistas da República.

Observem que o início da República foi marcado pela traição, violência, perseguição, mentiras, corrupção, assassinato em

massa, em nome de um modelo diferente de governo, cujos idealizadores, sim, nem eles próprios sabiam o que queriam, o que está claro é que governaram para si mesmo, em defesa de suas vaidades e interesses pessoais. Esse período é denominado pelos historiadores como República da Espada.

Importante antes de continuar, informar que durante os 67 anos de Império tivemos uma inflação média anual de apenas 1,58%, contra 10% nos primeiros 45 dias da República, 41% em 1890 e 50% em 1891.

A moeda do Império era estável e forte, possuía a Segunda Marinha de Guerra do Mundo, teve os primeiros Correios e Telégrafos da América, foi uma das primeiras Nações a instalar linhas telefônicas e o segundo país do globo a ter selo postal.

No Império o congresso brasileiro ombreava com o da Inglaterra, a diplomacia brasileira era uma das primeiras do mundo, tendo o Imperador sido árbitro em questões da França, Alemanha e Itália e segunda autoridade moral depois do Papa.

A unidade monetária do Império, o mil réis, correspondia a 0.9 (nove décimos) de grama de ouro, equivalente à libra esterlina.

Para se fazer justiça, a escravidão teve em todo o seu período o repúdio do Imperador, sendo que as leis que foram aos poucos libertando os escravos tiveram total apoio de D. Pedro II, seja a lei do Sexagenário, a lei do Vinte Livre e por último a Lei Áurea, que foi a gota d'água para a sua queda.

Sobre o Imperador no dia de sua morte aos 66 anos de idade, no exílio/França em 05 de dezembro de 1891, escreveu o jornal, New York Times em elogio a Pedro II,

considerando-o:

“O mais ilustrado monarca do século” e afirmando que “tornou o Brasil tão livre quanto uma monarquia pode ser”. D. Pedro II, Imperador do Brasil de 1841 a 1889, certamente o político mais honesto e progressista que o Brasil já teve e também notório por imensa cultura, era poliglota e falava inclusive o hebraico.

A primeira Lei contra preconceito em nosso território é de seu governo: “ninguém pode ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a Moral Pública”.

O velório teve honra militares digna de um imperador, com a presença de chefes de muitas nações, menos do Brasil.

A República então nasceu como uma aceitação das elites e foi realizada através da espada do exército brasileiro num caráter autoritário e excludente do Estado brasileiro, garantindo os privilégios das classes dominantes e a negação de direitos às classes exploradas durante muito tempo.

Sobre República em seus primeiros anos ainda podemos dizer da política Café com Leite, onde se fazia uma alternância de poder entre os Paulistas e Mineiros, depois, temos o golpe de Getúlio Vargas, o golpe dos militares, e assim por diante.

Havia e ainda existe uma grande contradição entre as promessas e a realidade. A República não resultou de um manifesto, da vontade popular, pelo contrário, foi estabelecida por um golpe, daí talvez a dificuldade de entrosamento e principalmente, no que o povo quer e precisa com o que os políticos fazem.

O sonho instigado pela promessa da ampliação dos direitos se tornou um pesadelo sob os comandos dos republicanos, muita truculência, desonestidade,

impunidade, atos de covardia, matança, perseguições são a marca registrada dos políticos da República Brasileira.

A frustrante expectativa com base nos discursos de um governo melhor, da tal liberdade, da melhor qualidade de vida, de acabar com a pobreza, da saúde para todos, leva o povo ao um sentimento de ceticismo, de não acreditar em nada mais.

Atualmente, o ex-líder sindical que se tornou um ícone e chegou à presidência da república, amarga como fel, passa por momentos difíceis, e tem sobre si, seus correligionários, seu partido, a denúncia do maior roubo contra uma nação já praticado no mundo. Alguns de seus mais fiéis seguidores, amigos e ex-ministros, tesoureiros do partido já estão presos e respondem a vários processos, por corrupção.

O líder sindical que chegou a presidência da república, que outrora, aproximadamente 20 anos atrás, discursava e bradava contra as elites, os donos do poder econômico, que defendia os fracos, os trabalhadores dos abusos e da exploração da mão de obra barata, que liderava greves, que combatia a chamada “mais-valia”(termo usado para designar a disparidade entre o salário pago e o valor do trabalho produzido), agora publicamente defende as grandes empresas, defende os favores que lhes foram e ainda são feitos pelos donos do capital, pelas elites, empreiteiros, numa contradição sem tamanho com o que antes pregava, que o levou ao posto maior desta nação. Quem pode entender ?

O que impressiona é o apego ao poder dos republicanos, destituíram o imperador sob o pretexto de alternância no poder, mais quando assumem não querem mais largar, desde o início foi assim.

A situação do Brasil é muito delicada, hoje não há um único nome de uma pessoa conhecido, que seja digno, um partido político, nem mesmo uma religião com condições de resgatar a esperança desse povo que tem sido aviltado, destrutado, desrespeitado e enganado, seja pelos que se intitulam esquerdistas ou pelos que são rotulados como direitistas, pelos Republicanos.

Pois bem, 127 anos se passaram da proclamação da República aos dias de hoje, no entanto, a escravidão continua, só que agora com outro nome, “serviços análogos a escravidão” sem falar nos bolivianos, chineses, assedio moral, e outros; o voto é secreto, mas obrigatório, analfabeto, mulheres e adolescentes podem votar, mas ainda é de cabresto, tem um preço muito alto, ou alguém

duvida que se compra voto no Brasil.

A pergunta a ser respondida é: O que esperar de um regime de governo, imposto por um golpe, que nasceu da traição, da mentira, do assassinato de brasileiros inocentes. O que? Apesar de tudo, acredito no Brasil, há de aparecer uma luz no fim do túnel. O poder judiciário, antes condescendente, acanhado, hoje, ainda cambaleia, mas pela atitude corajosa e independente de alguns, delegados, promotores de justiça, magistrados e magistradas, já orgulham a nação, os “poderosos”, civis e políticos que roubaram o nosso país, estão na cadeia.

Acorda BRASIL.

“Para que o mal triunfe basta que os bons fiquem de braços cruzados.” Edmund Burke

# Imperatriz Leopoldina

Da Redação

No dia 26/03, se encerra a Exposição Leopoldina, princesa da Independência, das artes e das ciências, realizada no Museu de Arte do Rio de Janeiro, que se constitui numa grandiosa exposição com elementos históricos e artísticos de alto valor documental político e iconográficos, bem como científicos, que formam uma visão geral do período em que a Imperatriz Leopoldina esteve entre nós, bem como da sua atuação como mulher de ação seja na esfera política, seja como mãe e esposa, seja como cientista.

O conjunto em exposição, em uma bem montada disposição dividida em temas, faz um passeio pela vida da princesa de Habsburgo-Lorena, desde Viena até a capital do Império do Brasil, nos mostrando finas alfaías, belas joias, riquíssima iconografia, além de um conjunto científico que vai da zoologia até a mineralogia passando pela botânica e pela etnografia, situada geograficamente através de mapas e vistas dos mais distantes paragens do grande Império em que ela reinou. Esse conjunto também nos dá todas as pistas para entender o quanto o filho caçula dessa



arquiduchessa austríaca, herdou dessa mãe que efetivamente ele não conheceu, mas que pelo seu biotipo e pela sua evolução intelectual ele tanto comprova ser seu filho. Assim registramos aqui essa magnífica mostra desse novo museu, bem como parabenizamos essa instituição por essa magistral iniciativa de mostrar a grandeza da primeira Imperatriz e a grandeza do Império do Brasil.





